

PODER / Tribunal Eleitoral do Paraná retoma o julgamento da ação que pede a cassação do mandato de senador do ex-juiz da Lava-Jato. Placar está em 1 x 1 e presidente da Corte deseja que decisão seja tomada na sessão de hoje

Futuro de Moro com 5 juízes

» VICTOR CORREIA

Geraldo Magela/Agência Senado



No Palácio do Planalto, a cassação do mandato de Moro causa desconforto. Para Lula, o eventual sucessor pode reforçar as hostes bolsonaristas

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retoma, hoje, o julgamento da ação que pode cassar o mandato do senador Sergio Moro (União Brasil-PR). O placar está em 1 x 1 e restam os votos de cinco desembargadores. Na sessão de 3 de abril, o presidente do TRE-PR, Sigurd Roberto Bengtsson, afirmou que gostaria de ver o julgamento terminado nesta que pode ser a última sessão.

Mas, independentemente do resultado — a expectativa é de que, com vitória ou derrota de Moro na Corte regional, o caso chegará ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, isso não será capaz de arrefecer a disputa pela cadeira no Senado que, eventualmente, pode vagar. Pelo menos sete candidatos demonstraram interesse em concorrer a uma possível eleição suplementar no Paraná.

Os partidos manejam suas peças. PL e PT são os mais interessados na vaga, mas políticos de outras legendas demonstraram interesse.

No PT, a disputa pela vaga está em curso. Os deputados federais Gleisi Hoffmann (PR), também presidente da legenda, e Zeca Dirceu (PR), líder da sigla na Câmara, cobriam a cadeira ora ocupada por Moro. Se colocaram como pré-candidatos e lideraram as críticas ao ex-juiz da Operação Lava-Jato. Dirceu, porém, considera disputar a prefeitura de Curitiba em outubro — Gleisi a princípio apoia Luciano Ducci (PSB), algo que fez com que os dois parlamentares sejam antagonistas atualmente.

Outro partido diretamente interessado na derrota de Moro, o PL caminha para apoiar o ex-deputado Paulo Martins, que disputou o Senado, em 2022, e perdeu para o

ex-juiz. A possibilidade de uma ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro concorrer chegou a ser ventilada — ela vem percorrendo o país e é considerada um dos cabos eleitorais mais fortes do partido atualmente. Seu foco, porém, é a disputa de 2026, quando pode concorrer ao Senado pelo Distrito Federal, onde nasceu. Afinal, duas vagas por unidade da Federação estarão em disputa, o que aumenta as chances da candidatura.

Além disso, Michelle pode se tornar uma alternativa do

bolsonarismo à corrida presidencial ante a hipótese de nenhum candidato da extrema direita ganhar musculatura para a disputa — os nomes mais citados, o dos governadores Tarcísio de Freitas (SP) e Ronaldo Caiado (GO), não chegam a empolgar os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Moro, porém, não pretende abrir mão da cadeira do Senado tão facilmente, mesmo que a situação para ele se agrave. Por conta disso é que articula para que sua mulher, a deputada Rosângela

Moro (União Brasil-SP), tenha condições de sucedê-lo. Isso, aliás, a levou a mudar o domicílio eleitoral para o Paraná no início de março.

Novo domicílio

Embora não haja empecilhos na legislação, a mudança, porém, é contestada judicialmente pelo PT. Em reação, Zeca Dirceu apresentou um projeto de lei para impedir que parlamentares mudem de estado no decorrer do mandato. Para ele, a troca de domicílio

é uma “fraude eleitoral”.

O PP do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), também não deve ficar de fora de uma eventual eleição suplementar. O ex-líder do governo Bolsonaro na Câmara, Ricardo Barros (PP), já se colocou como candidato à vaga. Ele disse esperar ter o apoio do ex-presidente, que está mais inclinado a defender o postulante de sua própria legenda.

O ex-governador e ex-senador pelo Paraná Álvaro Dias (Podemos-PR) é mais um que sonha

com a possibilidade de disputar a eleição suplementar. A ironia dessa postulação é que o ex-parlamentar foi um ferrenho defensor da Lava-Jato e um empolgado cabo eleitoral de Moro, quando o ex-correligionário apresentou a pré-candidatura à Presidência. Com a migração, ainda em 2022, para a disputa à única vaga da bancada paranaense no Senado, e pelo União Brasil, o ex-juiz derrotou exatamente Dias, que buscava mais um mandato na Casa.

O MDB também pretende participar da corrida à eventual sucessão de Moro. Para a tarefa, o escalado é o deputado federal Sergio Souza (MDB-PR).

Uma vez percorrida a etapa do TRE-PR, caso o TSE decida pela cassação, a Corte vai definir um calendário para definição dos candidatos e realização das campanhas. Há a possibilidade de que o pleito suplementar ocorra junto com as eleições municipais de outubro, mas pode ficar somente para o ano que vem se a decisão demorar.

A possibilidade de Moro ser cassado não é bem vista no Palácio do Planalto. Interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que ele não é favorável a que o ex-juiz perca o mandato, uma vez que é considerado dentro do Senado uma figura isolada — que nem mesmo a oposição cultiva, apesar de ele votar contra o governo na maioria das vezes.

O temor de Lula é que, com a eventual cassação do mandato de Moro, o Paraná eleja alguém que reforce o grupo dos bolsonaristas. Além disso, o presidente tem demonstrado incômodo com a disputa entre Gleisi e Zeca Dirceu no PT paranaense — o que pode enfraquecer a legenda na disputa pela prefeitura de Curitiba.



ROBERTO BRANT

UM GOVERNO SÓ PODE SER AVALIADO PARA VALER DEPOIS DE MUITOS ANOS, QUANDO O RESULTADO DE SUAS DECISÕES TIVER RESULTADO EM MUDANÇAS, BOAS OU MÁS, DE LONGA DURAÇÃO NA VIDA ECONÔMICA E SOCIAL

Os governos e as pesquisas

Nas últimas semanas, tomamos conhecimento de uma série bem diversificada de pesquisas de opinião, todas procurando medir os níveis de aprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao contrário das pesquisas nacionais de intenção de voto, que costumam expor grandes discrepâncias entre os diferentes institutos, dessa vez quase todos os resultados se aproximaram. Em geral, as opiniões colhidas apontaram que apenas um terço dos entrevistados julga o governo bom ou ótimo.

O governo ficou incomodado com as avaliações, pois viu nos resultados um sinal amarelo e está se movendo para ver se melhora as próximas pesquisas. Em um ambiente muito polarizado, essas questões de avaliação alimentam uma retórica inútil e quase sem sentido. Um grupo estará sempre

a favor e outro estará sempre contra. Para além dessa retórica, no entanto, essa questão suscita reflexões que dizem respeito à própria natureza da democracia no século XXI.

A democracia nos dias de hoje não é o mesmo regime de 50 ou 70 anos atrás, quando um mundo novo emergiu dos escombros e da loucura da II Grande Guerra, e deu início a um período, pelo menos na Europa e nos Estados Unidos, de grande prosperidade e de grande liberdade. Mesmo nos países menos desenvolvidos, houve muito progresso material e a democracia, apesar de alguns recuos, acabou por prevalecer.

Com a chegada da Era da Informação e o arrefecimento do impulso expansionista que havia produzido taxas de crescimento muito elevadas e melhorias de vida para a maioria das pessoas, as

relações da sociedade com os governos democráticos tornaram-se mais críticas.

Até a chegada da internet, os governos democráticos conseguiam manter-se relativamente opacos e pouco transparentes. Talvez por isso mesmo o envolvimento das pessoas com o mundo da política era menos sistemático e menos crítico. Uma certa liturgia mantinha governantes e governados a uma distância segura e alguns resquícios de reverência resguardavam os líderes políticos. Tudo isso se perdeu com o desnudamento da política e a diminuição do crescimento econômico.

Incapacidade

Apesar dessa alta visibilidade, o cidadão médio, mesmo com a abundância de informações, não é bem equipado para avaliar objetivamente o desempenho dos governos. Essa avaliação exigiria uma extensão de

conhecimentos que está fora do alcance de uma pessoa. Além disso, há uma grande dissincronia entre a ação do governo e o resultado desta ação na economia e nas questões sociais. O que ocorre de bom e de mau durante o mandato de um governo é quase sempre o resultado de ações anteriores. Na educação, na saúde, na economia e em quase todos os campos, as decisões e os atos levam anos para produzir os efeitos. É um esforço inútil reagir a essas avaliações nascidas do imediatismo das emoções.

Um governo só pode ser avaliado para valer depois de muitos anos, quando o resultado de suas decisões tiver resultado em mudanças, boas ou más, de longa duração na vida econômica e social. Governar para o instante, na busca permanente de aprovação, não é senão desistir de governar, porque governar é mudar o que ainda vai ser. E desistir de governar nem sempre será suficiente para melhorar

a aprovação. Nas democracias contemporâneas, mais do que sempre as pessoas decidem politicamente, não baseada em uma avaliação do que realmente fazem os governos, mas com base em seu pertencimento a um grupo social e à identidade social que adotam. Essa é a razão da fixação das polarizações políticas. O governo será sempre avaliado por razões que são estranhas a ele e que ele não pode mudar, senão marginalmente e só com o passar do tempo.

Nenhum governo é inteiramente impotente diante dessas realidades. Se governar pensando no futuro, e não no instante, e se tiver a grandeza de se elevar acima dos conflitos na base social, sempre poderá alimentar a formação de um novo espírito cívico, capaz de mudar a política e ajustar a democracia às condições do nosso século. Nesse caso, certamente será aprovado pela história, mesmo se as pesquisas não perceberem.



Confira a programação das comemorações.

* Os ipês de Brasília são um símbolo afetivo da nossa cidade. Existem cerca de 270 mil ipês em todas as regiões administrativas. Quando florescem, estão presentes em inúmeras fotos.

VIVA BRASÍLIA O NOSSO MELHOR PRESENTE

A ÚNICA CIDADE BRASILEIRA ENTRE AS MELHORES DO MUNDO PARA SE VISITAR, SEGUNDO O JORNAL AMERICANO THE NEW YORK TIMES.

VIVA OS 64 ANOS E OS QUE VÊM PELA FRENTE

